

Variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL

Variables used to explain development in LPA context

Cecilia Alves da Silva Antero^{1*} ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6340-5174>

1. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) Campus Valença, Departamento de Administração, Valença, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cecilia.antero@yahoo.com.br

*Correspondência da autora: cecilia.antero@cefet-rj.br; Rua Voluntários da Pátria, 30 - Belo Horizonte, Valença - RJ, 27600-845

Resumo

Diante dos estudos prévios, definiu-se como objetivo identificar as variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL. Realizou-se uma pesquisa qualitativa descritiva na qual empreendeu-se uma revisão sistemática integrativa (RSI) e utilizou-se a análise de conteúdo com suporte do *software* IRaMuTeq®. Por meio da RSI foram selecionados 21 artigos, organizados em três classes e divididos em dois grupos. No Grupo 01 constam os estudos que analisaram sistematicamente a relação com o desenvolvimento. As variáveis identificadas foram gastos públicos, geração de emprego, geração de renda, gestão fiscal, política pública e presença do APL. Seus resultados apontam uma relação positiva e significativa com o desenvolvimento. Essas indicações podem nortear ações dos atores dos APLs, assim como os formuladores de políticas públicas e outros atores públicos quanto à promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: Aglomerações de empresas; Desenvolvimento; Território.

Abstract

Considering previous studies, the objective was to identify the variables used to explain development in the context of an LPA. Descriptive qualitative research was carried out in which an integrative systematic review (ISR) was undertaken, and content analysis was used supported by IRaMuTeq®. Through RSI, twenty-one articles were selected, organized into three classes and divided into two groups. Group 01 contains studies that systematically analyzed the relationship with development. The variables identified were public spending, job generation, income generation, fiscal management, public policy and presence of the LPA, and their results indicate a positive and significant relationship with development. These indications can guide the actions of LPA actors as well as public policy makers and other public actors regarding the promotion of development.

Keywords: Clusters; Development; Territory.

Referência: Antero, C. A. S. (2026). Variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL. *Gestão & Regionalidade*, v. 42, e20269698. <https://doi.org/10.13037/gr.vol42.e20269698>

1 Introdução

Neste estudo tem-se como cerne a evolução da forma como as empresas se organizavam para produzir, bem como as estratégias de desenvolvimento e obtenção de competitividade.

Entende-se que as aglomerações de empresas consistem numa manifestação dessa forma de organização e reconhece-se seu papel na indução do desenvolvimento.

Sabe-se que há formas diferenciadas para denominar as aglomerações de empresas (Silva & Martinelli, 2021), sendo que arranjo produtivo local (APL) é a mais utilizada no Brasil (Ribeiro, 2017). Neste estudo, os termos aglomerações de empresas e APLs serão considerados como sinônimos.

Acredita-se que os APLs oferecem uma série de benefícios, dentre os quais se destaca a geração de emprego e renda no contexto em que estão inseridos. Assim, diversas ações podem ser implementadas para desenvolver (Masquietto, Sacomano Neto & Giuliani, 2010) e reorganizar os APLs (Alderete & Bacic, 2020).

Ribeiro (2017), comenta que em função de serem indutores do desenvolvimento, os APLs são alvo de investigações realizadas por instituições diferenciadas. Essa é uma das justificativas para a identificação de diferentes termos para denominar esse tipo de aglomeração de empresas. Apesar de justificável, esse é um ponto que precisa ser observado com cuidado, pois são apresentadas definições e classificações imprecisas/erradas dos APLs. Como consequência, tal falha na definição tende a provocar uma interpretação inadequada que implica negativamente na elaboração de instrumentos para apoiar os APLs, como as políticas públicas.

Tais características enfatizam a complexidade inerente aos APLs e reforçam a necessidade de mecanismos e instrumentos, como a governança, para organizar e conduzir suas atividades (Antero et al., 2019).

Os APLs podem ser caracterizados a partir da observação de seis fatores: (i) dimensão territorial, (ii) diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais, (iii) conhecimento tácito, (iv) inovação e aprendizado interativos (Ruffoni, Suzigan, & Tatsch, 2022) e (v) grau de enraizamento (Ribeiro, 2017).

Destaca-se o papel que as empresas pertencentes a APLs desempenham no desenvolvimento empresarial e territorial (Olivares & Dalcol, 2014). Especialmente, o papel das empresas de pequeno porte é justificado por proporcionarem: (i) flexibilidade e agilidade; (ii) inovação e criatividade; (iii) geração de empregos locais; (iv) integração na cadeia produtiva e (v) fomento ao empreendedorismo (Olivares & Dalcol, 2014).

Somado a isso, dentre as contribuições dos APLs para desenvolvimento empresarial e territorial destacam-se: (i) economias de aglomeração; (ii) troca de conhecimento; (iii) criação



de redes de cooperação; (iv) desenvolvimento de fornecedores e clientes locais e (v) atração de investimentos e talentos (Olivares & Dalcol, 2014).

No contexto dos APLs, algumas das variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento são: (i) intensidade de interação entre os atores e (ii) capital social (Oliveira & Martinelli, 2014).

Considerando a diversidade de abordagens e perspectivas presentes na literatura sobre desenvolvimento e APLs, os principais temas abordados envolvem: (i) o uso de indicadores, métodos e técnicas para avaliação; (ii) o impacto de setores específicos e (iii) o desenvolvimento e a promoção.

Partindo de tais temas são gerados insights para compreender a dinâmica e os desafios destes APLs na promoção do desenvolvimento (Oliveira & Martinelli, 2014). Tal contexto evidencia a necessidade de buscar alternativas para melhor compreender a relação entre os APLs e o desenvolvimento.

Para tanto, assume-se como objetivo: identificar as variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL. Acredita-se que tais informações podem oferecer direcionamentos para os atores presentes nos APLs, formuladores de políticas públicas e outros atores interessados na promoção do desenvolvimento empresarial e territorial, o que consiste numa contribuição deste estudo.

2 Referencial Teórico

Os temas centrais da discussão aqui expostos são APLs¹, desenvolvimento² e território³, os quais serão explanados nas três subseções seguintes.

2.1 Aglomerações de empresas e suas contribuições para o desenvolvimento.

¹ Para Lastres e Cassiolato (2003), os APLs são aglomerações territoriais de atores econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos, ainda que incipientes. Outros termos que remetem às diferentes formas de concentração ou aglomeração de empresas foram considerados como sinônimos.

² Neste estudo, todas as menções ao desenvolvimento são feitas considerando-se todas as suas dimensões e referindo-se ao desenvolvimento territorial, conforme indicação de Dallabrida (2017).

³ Neste estudo, o território é apresentado como sinônimo de recorte territorial e diz respeito aos recortes espaciais em que os processos produtivos, inovativos e cooperativos ocorrem (Dallabrida, 2017).

Desde a década de 1960 observa-se uma evolução na forma como as empresas se organizavam para produzir (Silva & Martinelli, 2021). A esse respeito, Alvarenga et al. (2013) chamam atenção para os estudos de um grupo de economistas italianos (Bagnasco, 1977⁴, Becattini, 1987⁵, Brusco & Sabel, 1981⁶, Fuà, 1983⁷) que desde a década de 1970 abordam sobre um novo modelo de crescimento nos setores tradicionais da indústria manufatureira.

Neste contexto, foram observadas mudanças na distribuição de territórios, com pequenas e médias empresas organizadas de forma peculiar e com participação da comunidade local, onde elementos como especialização, cooperação, competição, empreendedorismo e continuidade entre vida social e econômica eram preconizados (Alvarenga et al., 2013).

No entendimento de Lustosa e Rosario (2016) a urbanização e a industrialização dos países e regiões, bem como as condições diferenciadas de capacidades produtivas e capacitações tecnológicas, ocorrem de formas distintas em cada contexto. Uma alternativa para abarcar os “espaços e atividades produtivas”, em se tratando de produtividade e divisão eficiente do trabalho foi a utilização do território. As estratégias de crescimento e obtenção de competitividade (Telles et al., 2024), principalmente as implementadas por meio de políticas públicas, se valem de elementos relativos ao processo de desenvolvimento (Lustosa & Rosario, 2016). Em tais estratégias, muitas vezes, faz-se referência ao processo de desenvolvimento endógeno que se dá a partir das relações de interdependência entre os atores presentes em dado território (Alderete & Bacic, 2020; Telles et al., 2024).

Coelho Junior e Silva (2021), destacam que, na década de 1970, as propostas de desenvolvimento passaram a ser elaboradas a partir dos atores locais, que de formas diferenciadas se organizam em aglomerações de empresas.

Nesse contexto, ocorre o reconhecimento dessas aglomerações como fonte de produtividade (Linhares, Gonçalo & Vargas, 2021). Em adição, Alderete e Bacic (2020) enfatizam que estudos internacionais (Perroux, 1955⁸, Hirschman, 1958⁹, Myrdal (1957¹⁰), sobre a relação entre aglomerações de empresas e o desenvolvimento, evidenciaram uma relação positiva.

⁴ Bagnasco, A. (1997) *Tre Italie. La problematica territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino.

⁵ Becattini, G. (1987). *Mercato e forze locali: il distretto industriali*. Bologna: Il Mulino.

⁶ Brusco, S. & Sabel, C. (1981). *Artisan production and economic growth, in the dynamics of labour market segmentation*. London: Academic Press.

⁷ Fuà, G. (1983). *L'industrializzazione nel Nord Est e nel Centro*. Bologna: Il Mulino.

⁸ Perroux, F. (1955) Note on the concept of growth pole. *Economie Appliquée*, 8(1-2), 302-20.

⁹ Hirschman, A. O. (1958). *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.

¹⁰ Myrdal, G. (1957). *Economic theory and sub-desarrolled regions*. México: Fondo de Cultura Económica.



Essas aglomerações podem acelerar o desenvolvimento da economia de diversas formas: (i) geração de empregos; (ii) estímulo à inovação; (iii) aumento da competitividade, (iv) desenvolvimento de cadeias produtivas e (v) atração de investimentos (Olivares & Dalcol, 2014).

As referidas aglomerações são fenômenos identificados no âmbito global e há formas diferenciadas de denominá-las, como por exemplo: *clusters*, APLs, distritos industriais, polos e parques científicos, *milieu innovateur*, consórcios, fóruns e outras variações (Linhares, Gonçalves & Vargas, 2021; Silva & Martinelli, 2021). No contexto brasileiro, os APLs consistem em aplicações práticas adaptadas às especificidades teóricas e empíricas (Ribeiro, 2017), sendo a denominação mais utilizada e difundida (Linhares, Gonçalves & Vargas, 2021).

Oliveira Do Bu Araújo e Cavalcanti Ramalho (2023) comentam que em 1990 a Rede de Estudos em Sistemas Produtivos Inovativos Locais (REDESIST) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) cunhou o termo APL. Em adição, Ribeiro (2017) diz que a utilização do termo APL tornou-se notória, a partir da década de 1990, em função de sua adoção em determinadas políticas públicas do governo federal, voltadas para a promoção do desenvolvimento.

De forma geral, entende-se que os APLs são espontâneos. Porém, admite-se a possibilidade de eles receberem algum tipo de suporte (Alderete & Bacic, 2020). Gondin e Shima (2019), baseando-se na perspectiva neoschumpeteriana, afirmam que o estado atua em vários segmentos como o relacionamento entre atores, estrutura e desenvolvimento do mercado, identificação de interesses homogêneos e articulação de atores e instituições em torno de um projeto de desenvolvimento.

No Brasil, observa-se uma alteração do foco das políticas públicas. Na década de 1970, enfatizava-se estruturação do parque industrial. A partir da década de 1990, tais políticas visavam o desenvolvimento com foco nas micro e pequenas empresas (MPEs) (Lustosa & Rosario, 2016).

Como exemplo, destacam-se as políticas com base em APLs, implementadas por estados brasileiros, na década de 2000, focadas em fatores indutores do desenvolvimento local e apresentando resultados em termos de geração de emprego, geração de renda e aumento da produção (Lustosa & Rosario, 2016, Ribeiro, 2017).

2.2 Alternativas para lidar com os desafios inerentes aos APLs e potencializar seu desenvolvimento.

Parte-se do entendimento de que apesar dos benefícios possíveis de serem obtidos por empresas pertencentes a um APL, também podem ser identificados desafios relativos à condução e organização de ações conjuntas (Antero et al., 2019). Nos textos referenciados, foram identificadas alternativas para lidar com os desafios inerentes aos APLs e potencializar seu desenvolvimento, quais sejam: coordenação, participação, cooperação, governança e contexto institucional.

Antero et al. (2019) enfatizam a necessidade de um instrumento para a organização e condução de ações em prol do desenvolvimento e destacam a governança como instrumento a ser utilizado. Sabendo que a governança é um tema polissêmico e utilizado em diferentes abordagens teóricas, Antero et al. (2019) tendo o intuito de abordá-la no contexto de um APL, propuseram um modelo analítico utilizando-se de quadros sintetizadores contendo aspectos conceituais complementares para compreensão e análise dos elementos constitutivos da governança: representatividade (onde são identificados os atores e suas atividades), cooperação (De Sordi & Meireles, 2010) e coordenação.

Antero et al. (2017), partem dos entendimentos de Britto (2002)¹¹ sobre a teoria das redes de empresas para entender a estrutura do sistema de relações que conectam diferentes atores, bem como os mecanismos de operação desse sistema, responsáveis pela reprodução, fortalecimento e eventual transformação ao longo do tempo.

Para Eliza (2014), há formas diferenciadas de definir redes bem como de destacar os benefícios da pertença. A autora pontua que há diferentes tipos de redes e chama atenção para os benefícios que podem ser obtidos pelas empresas. Eliza (2014) afirma que a identificação de interesses comuns é um meio para manter a cooperação e alcançar a competitividade pretendida (Telles et al., 2024). Para que as empresas possam atuar em rede é preciso observar um código de conduta pautado em fidelidade, ter responsabilidade com o cumprimento dos deveres, preços justos a fim de ter uma concorrência equilibrada, que para além do desenvolvimento de cada empresa, promova o desenvolvimento do seu território (Eliza, 2014).

No entendimento de Antero et al. (2017), a cooperação é definida como construções sociais, específicas aos atores do APL que compartilham recursos para a realização de ações e

¹¹ Britto, J. (2002). Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: Kupfer, D. & Hasenclever, L. (Org.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier.



alcançar objetivos comuns. Para compreender a cooperação, é dado destaque à ação conjunta, composta por: abrangência, diversidade, frequência, objetivo, recurso compartilhado e benefício.

Tal ação implica em atividades implementadas para atender a interesses comuns, que influenciam positivamente o desenvolvimento do APL e cuja realização contínua proporciona maior integração, confiança mútua, comunicação e sincronia entre atores (Antero et al., 2019).

E para abarcar a coordenação no APL, são destacados fatores relacionados à organização e condução das atividades desempenhadas (Antero et al. 2016a, Antero et al., 2019).

A organização refere-se à formalidade e estrutura de gestão. Contexto em que são observados os procedimentos e a forma de gestão adotados no APL. A formalidade é caracterizada pela adoção de processos e operações de padronização, planejamento, implementação e controle que determinam a organização das atividades. E a estrutura de gestão é identificada por meio da observação de três fatores: número de empresas, objetivo da ação conjunta e interação entre os atores (Antero et al., 2016a).

No que tange à condução, considera-se que a integração e participação dos atores são fatores necessários para sua identificação. A integração determina quão conectados estão os atores, sendo percebida por meio da observação da presença, proximidade e influência. Já, a participação diz respeito à centralidade da tomada de decisão e à participação dos atores nas deliberações do processo decisório no APL (Antero et al., 2016a).

Especificamente sobre a participação, Antero *et al.* (2016b) apresentam informações sobre como esse elemento pode interferir no desenvolvimento do APL. Parte-se do entendimento de que quanto maior a participação, mais facilitada tende a ser a promoção do desenvolvimento, assim como a coordenação do APL de forma geral. Deu-se destaque à participação no processo decisório, indicando que tal participação pode assumir formatos diferenciados, indicando um processo decisório centralizado ou processo decisório participativo.

No processo decisório centralizado ocorre a concentração da responsabilidade de decisão em poucos atores do APL, tendo como implicações desestímulo à participação e certo descrédito no processo decisório, para exemplificar. Já o processo decisório participativo é composto por práticas democráticas e participação de diferentes atores que são capazes de

conciliar interesses em prol do desenvolvimento do APL, tendo como resultado o consenso das necessidades dos atores envolvidos (Antero et al., 2016b).

No que diz respeito ao contexto institucional, Jacometti et al. (2016), utilizando a teoria institucional, discutem de que modo as políticas públicas influenciaram o desempenho das empresas do APL para explicar o acentuado desenvolvimento econômico constatado.

Os autores ponderam que o contexto institucional remete aos elementos ambientais de natureza institucional e técnica com os quais uma organização interage e ao mesmo tempo são seus elementos constitutivos. Tal contexto pode ser observado a partir de três diferentes níveis: local/regional, nacional e internacional.

Segundo Jacometti et al. (2016), o isomorfismo, influência do contexto institucional sobre as organizações, trata-se da tendência de as organizações assemelharem-se às outras. De forma geral, entende-se que as organizações sofrem algum tipo de pressão para tornarem-se parecidas com as demais. Essas pressões/mecanismos institucionais implicam em mudanças isomórficas que podem ser tipificadas como coercitivas, normativas e miméticas.

As pressões formais e informais exercidas pelo Estado, por outras organizações, ou ainda por expectativas culturais da sociedade, das quais a organização é dependente, caracterizam o isomorfismo coercitivo. Já o processo de profissionalização que tende a tornar as condições e os métodos de trabalho mais homogêneos, a partir de interpretações e modos de atuação comuns em face às exigências organizacionais, refere-se ao isomorfismo normativo. E por fim, quando uma organização se utiliza do recurso da imitação, por estar em um ambiente de incerteza e ambiguidade e a única alternativa é imitar a organização modelo, observa-se o isomorfismo mimético.

Para Jacometti et al. (2016) o ambiente institucional remete às regras e procedimentos de dado contexto social, sendo norteadores da atuação, uma vez que a conformidade de uma organização com tais regras e procedimentos é que lhe confere legitimidade e suporte contextual. Os autores entendem que são as crenças, valores, normas e coerções que orientam a atuação e os definidores do ambiente institucional.

2.3 Avaliação de políticas públicas

Em função da complexidade envolta na questão da promoção do desenvolvimento, nos anos de 1990, houve uma mudança de enfoque das ações do poder público, que passaram a ser concentradas na localidade (Antero et al., 2020a). Nesse contexto, foram apontadas diversas



sugestões para aprimorar a atuação do poder público, tanto em termos de reunião de esforços oriundos das diferentes esferas desse poder como em relação ao atendimento das demandas dos atores locais (Antero et al., 2020a).

No Brasil, a utilização do termo APL tornou-se notória a partir da década de 1990 quando o governo federal passou a adotá-lo em determinadas políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento como: Planos Plurianuais desde 2000, Plano Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação 2007-2010 e na Política de Desenvolvimento Produtivo 2008-2013 (Ribeiro, 2017).

Em termos de políticas públicas voltadas para apoiar o desenvolvimento dos APLs cita-se a política federal, Portaria Interministerial nº 200/2004¹² e a política do estado de Minas Gerais, Lei 16.296/2006¹³. Ainda se destaca a criação do Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP-APL), em 2004, com o papel de coordenar as ações dos APLs no país, via coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a participação de 33 instituições públicas e privadas (Antero et al., 2015, 2020a, 2020b).

Considera-se que as políticas públicas figuram como a alternativa mais premente de o governo atuar na promoção do desenvolvimento. Destaca-se o entendimento de Lasswell (1958)¹⁴ para o qual uma política pública consiste em uma ação destinada a beneficiar um conjunto específico de atores que por características próprias se diferencia e merece atenção, pois seu beneficiamento implicará em uma mudança contextual, ou seja, na melhoria da condição atualmente identificada. Com base em tal entendimento são apresentados questionamentos sobre políticas públicas: “Quem ganha o quê?” “Por quê?” e “Que diferença faz?”. Nas respostas para tais questionamentos são apresentados posicionamentos diferenciados que facilitam a compreensão da temática (Antero et al., 2020b).

¹² Portaria Interministerial nº 200, de 02 de agosto de 2004. (2004) Institui o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL. Recuperado de http://portalapl.ibict.br/biblioteca/Portaria_Interministerial_numero_200_2004_MDIC.html.

¹³ Lei 16.296, de 01 de agosto de 2006. (2006) Institui a Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e dá Outras Providências. Recuperado de <http://leisestaduais.com.br/mg/leiordinaria-n-16296-2006-minas-gerais-institui-a-politica-estadualde-apoio-aos-arranjos-produtivos-locais-e-da-outras-providencias>.

¹⁴ Lasswell, H. D. (1958). *Politics: Who Gets What, When, How*. New York: Smith P.

Em consonância com autores basilares (Dye, 1984¹⁵, Peters, 1986¹⁶, Lynn, 1980¹⁷, Mead, 1995¹⁸), Antero et al. (2020b) concordam que política pública é o governo em ação e que essa ação é executada em um contexto de conflitos de interesses e demandas múltiplas.

Tendo como foco a promoção do desenvolvimento, entende-se a necessidade de enfatizar meios para avaliar a atuação do governo e é nesse contexto que se insere a discussão sobre avaliação de políticas públicas.

Sobre tal avaliação, pondera-se que seu desenvolvimento se deu em um contexto de aumento da complexidade dos problemas relativos à formulação de políticas públicas e à necessidade, por parte dos formuladores, de buscar respostas assertivas. A valiação de políticas públicas é uma ferramenta analítica que pode ser utilizada de formas diferenciadas para: (i) avaliar a performance de um programa político considerando seus processos e resultados ou (ii) uma fase do ciclo político (Antero *et al.*, 2020b).

Em Antero *et al.* (2015), ponderou-se que a avaliação de políticas públicas é uma ferramenta de gestão da coisa pública. Por considerar que tal avaliação recebe definições diversas no campo de política pública, foram apontados os principais elementos para sua compreensão, quais sejam: conceito, objetivos, tipos, elementos básicos e critérios de avaliação.

Especificamente, quanto aos critérios de avaliação¹⁹, destacam-se: (i) eficácia, que implica em produzir os resultados esperados, não se importando com o custo ou com os meios; (ii) eficiência, que consiste em produzir os resultados esperados ao menor custo, utilizando-se os melhores meios; (iii) efetividade, que refere-se à produção de resultados permanentes, diretos ou indiretos, designados como impactos, produzindo externalidades positivas e (iv) equidade, que possibilita contribuir para a sustentabilidade e para a redução das desigualdades e das exclusões, permitindo desencadear mudanças sociais (Antero *et al.*, 2020b).

Considerando que a avaliação da política pública é realizada para responder a questionamentos sobre efeitos observados e mudanças ocorridas na política, não existe uma única forma que possa ser utilizada em uma variedade de situações. Assim, é importante definir

¹⁵ Dye, T. D. (1984). *Understanding public policy*. New Jersey: Prentice Hall.

¹⁶ Peters, B. G. (1986). *American public policy: Promise and performance*. New Jersey: CQ Press.

¹⁷ Lynn, L. E. (1980). *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Mônica: Goodyear.

¹⁸ Mead, L. M. (1995). Public policy: vision, potential, limits. *Policy Currents*, 5(1), 1-4.

¹⁹ Rua, M. G. (2000) Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias. Mimeo. Recuperado de: <http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraAvaliaPol.pdf>.



o objetivo da avaliação para que não ocorra um mau entendimento quanto à sua finalidade, pois seu valor está relacionado à sua utilização (Antero et al., 2015).

Como alternativa de avaliação de política pública enfatiza-se a avaliação *ex-ante* que permite antecipar algumas possibilidades quanto aos resultados da política antes mesmo de sua implementação efetiva. Trata-se de uma antecipação analítica desenhada para prever as consequências da política no processo e os impactos causados no ambiente (Antero et al., 2015).

Além disso, devem ser consideradas informações sobre as projeções, as predições e as conjecturas bem como fatores que podem dificultar a realização desse tipo de técnica de avaliação. Assim tem-se condições de obter os benefícios de sua utilização, a exemplo de poder realizar as ações pensadas na gestão da coisa pública de forma adequada e em conformidade com os preceitos e os critérios avaliados (Antero *et al.*, 2015).

O conceito de políticas públicas, quando observado em sua capacidade de abrangência, permite abarcar ações do poder público quanto às decisões de como e para onde seus recursos serão destinados. No estudo de Antero e Emmendoerfer (2021) defende-se que a promoção do desenvolvimento pode ser observada de formas diferenciadas. Os atores assumem que tais ações podem remeter a gastos públicos realizados e ao comportamento da gestão fiscal com a intenção de promover o desenvolvimento, ao oferecer apoio a determinada área, setor ou atividade.

Antero e Emmendoerfer (2021) constataram que os trabalhos sobre essa temática abordaram sobre (i) gastos públicos realizados com a intenção de promover o desenvolvimento ao apoiar determinada área, setor ou atividade e (ii) a influência do desempenho da gestão fiscal da administração pública no desenvolvimento. Pôde-se diferenciá-los ao considerar o local de sua realização, a *proxy* utilizada para analisar o desenvolvimento e o número de variáveis empregadas para identificar a influência no desenvolvimento (Antero & Emmendoerfer, 2021).

Para abordar sobre as políticas públicas para promoção do desenvolvimento dos APLs, indica-se a utilização dos questionamentos anteriormente elencados.

No Brasil, quanto às políticas públicas federais e estaduais voltadas para apoiar o desenvolvimento dos APLs já comentadas, pondera-se que, apesar de identificar problemas na formulação e elaboração de tais políticas, é possível apresentar como ponto positivo o fato de serem uma ação coordenada, pois os objetivos pretendidos são convergentes, uma vez que têm como foco apoiar o desenvolvimento dos APLs, conseqüentemente promover o desenvolvimento do território onde eles estão inseridos. De forma complementar, foram

apresentados os objetivos e beneficiários de tais políticas (Antero *et al.*, 2020a, Antero *et al.*, 2020b)

Diante do exposto, destaca-se o papel dos APLs no desenvolvimento, principalmente pelos benefícios que podem ser obtidos em função da concentração setorial e territorial. Tendo em vista os desafios inerentes ao contexto dos APLs, evidencia-se a necessidade de identificar alternativas para minimizá-los e facilitar a atuação dos atores na condução e organização de ações conjuntas em prol do desenvolvimento empresarial e territorial (Antero *et al.*, 2020a), o que precisa constar dentre os objetivos das políticas públicas focadas na promoção do desenvolvimento.

3 Procedimentos Metodológicos

Realizou-se uma pesquisa qualitativa descritiva (Collis & Hussey, 2005, Cooper & Shindler, 2016) partindo de uma revisão sistemática integrativa (RSI) (Consoni, 2016).

Definiu-se a seguinte questão: Quais são as variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL?

Para responder tal questão foram respeitadas as etapas para realização da RSI (Consoni, 2016): (i) identificar a questão de pesquisa da RSI; (ii) identificar o objetivo da RSI; (iii) definir *strings*; (iv) definir bases de dados; (v) definir estratégias de busca; (vi) definir critérios de seleção; (vii) realizar a análise e apresentação dos resultados e (viii) apresentar as conclusões.

Assumiu-se o objetivo de identificar as variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL, tendo em vista a questão anteriormente exibida.

Foram definidos os seguintes *strings*: "Arranjo produtivo local *and* desenvolvimento", "Arranjos produtivos locais *and* desenvolvimento", "APL *and* desenvolvimento", "APLs *and* desenvolvimento", "Concentração de empresas *and* desenvolvimento", "Concentrações de empresas *and* desenvolvimento", "Aglomeração de empresas *and* desenvolvimento", "Aglomerações de empresas *and* desenvolvimento", "Cluster *and* desenvolvimento", "Clusters *and* desenvolvimento", "*Milieu innovateur and* desenvolvimento", "Distrito industrial *and* desenvolvimento", "Distritos industriais *and* desenvolvimento", "Distrito Marshaliano *and* desenvolvimento", "Distritos Marshalianos *and* desenvolvimento", "Arranjo e sistema produtivo e inovativo local *and* desenvolvimento", "Arranjos e sistemas produtivos e



inovativos locais *and* desenvolvimento”, ”Sistema produtivo local *and* desenvolvimento”, ”Sistemas produtivos locais *and* desenvolvimento”.

Foram consultadas as seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), *Science Direct* e Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As consultas às referidas bases ocorreram no período de 14 a 18-08-2023, sendo feita uma busca de atualização em 16-05-2024.

A estratégia da RSI foi identificar publicações dos últimos 10 anos (de janeiro de 2013 até maio de 2024) que discutissem sobre o tema de interesse. Na seleção dos artigos, procedeu-se a leitura dos resumos para identificação de convergência com este estudo e a condição *open access*. Quando identificada a convergência, o artigo era baixado para leitura completa. Inicialmente, foram identificados 366 artigos. Após leitura dos resumos, foram selecionados 52 para leitura completa. Destes, após a leitura dos resumos, excluindo-se artigos repetidos, foram selecionados 39 artigos para a leitura completa. Destes, 21 apresentaram algum tipo de resposta à questão proposta e por esse motivo foram mantidos para compor a base teórica deste estudo.

Para a análise e apresentação dos resultados empreendeu-se a análise de conteúdo (Bardin, 2015) com suporte do *software* IRaMuTeq® (Ratinaud, 2009, Ratinaud & Marchand, 2012). Procedeu-se às etapas de pré-análise, codificação, tratamento dos resultados e interpretação (Bardin, 2015).

Cabe destacar que a pré-análise consistiu na adoção de procedimentos para confirmar convergência dos artigos com o objetivo deste estudo, e por consequência, incluí-los no *corpus* de análise.

Especificamente, o tratamento dos resultados foi realizado com suporte do *software* IRaMuTeq® (Ratinaud, 2009, Ratinaud & Marchand, 2012) por meio de (i) análises estatísticas textuais; que identificam a quantidade de palavras, frequência média, *hapax* (palavras com frequência um), formas ativas e suplementares e ainda criar formas reduzidas de palavras com base em seu radical e (ii) Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que correlaciona os segmentos de texto e vocabulários, com base no Teste Qui-quadrado, para formar um sistema hierárquico de classes.

Para tratamento do *corpus* de análise adotou-se a seguinte linha de comando monotemática: **** *artigo_01.

Considerando que o objetivo do estudo é identificar as variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto dos APLs, os estudos analisados foram classificados em dois grupos: Grupo 01 e Grupo 02. Sendo que nos estudos do Grupo 01, são apresentados procedimentos (técnicas de coleta e análise) que possibilitam analisar de forma sistematizada a relação entre determinada variável e o desenvolvimento. E no Grupo 02, não. Posteriormente, procedeu-se a categorização e subcategorização, vide Tabela 01.

Tabela 01

Categorização das variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto do APL

Categoria	Subcategorias	Grupo	Base teórica
Instituições	Presença do APL	G1	Alderete e Bacic (2020)
	Presença do APL	G1	Antero e Emmendoerfer (2021)
	Presença do APL	G1	Antero et al. (2020a)
	Presença do APL	G1	Antero et al. (2020b)
	Presença do APL	G2	Oliveira Do Bu Araújo e Cavalcanti Ramalho (2023)
	Presença do APL	G2	Eliza (2014)
	Presença do APL	G1	Olivares e Dalcol (2014)
	Presença do APL	G2	Ribeiro (2017)
Atributos	Capacidade absorviva	G2	Linhares, Gonçalo & Vargas (2021)
	Capacidade inovativa	G2	Linhares, Gonçalo & Vargas (2021)
	Dimensão ambiental	G2	Alvarenga et al. (2013)
	Dimensão econômica	G2	Alvarenga et al. (2013)
	Dimensão social	G2	Alvarenga et al. (2013)
	Geração de Emprego	G1	Olivares e Dalcol (2014)
	Geração de Renda	G1	Olivares e Dalcol (2014)
	Inovação	G2	Lustosa e Rosario (2016)
Relações	Inovação	G2	Gondin e Shima (2019)
	Articulação entre atores	G2	Coelho e Silva (2021)
	Capital social	G2	Oliveira e Martinelli (2014)
	Confiança	G2	Ribeiro (2017)
	Cooperação	G2	Antero et al. (2017)
	Cooperação	G2	Ribeiro (2017)
Gestão	Interação entre os atores	G2	Oliveira e Martinelli (2014)
	Coordenação	G2	Antero et al. (2016)
	Coordenação	G2	Ribeiro (2017)
	Governança	G2	Antero et al. (2019)
	Governança	G2	Ribeiro (2017)
Fomento	Participação	G2	Antero et al. (2016b)
	Atuação Pública	G2	Coelho e Silva (2021)
	Gastos públicos	G1	Antero e Emmendoerfer (2021)
	Gestão fiscal	G1	Antero e Emmendoerfer (2021)
	Política pública	G2	Antero et al. (2015)
	Política pública	G1	Antero et al. (2020b)
	Política pública	G1	Antero et al. (2020a)
	Política pública	G1	Jacometti et al. (2016)
	Política pública	G2	Ribeiro (2017)



Fonte: Elaborado pelos autores, partindo de dados da pesquisa.

Com base nas informações obtidas com as análises empregadas no IRaMuTeq® (Ratinaud, 2009, Ratinaud & Marchand, 2012), foi realizada a interpretação do *corpus* de análise, cujos resultados são apresentados na seção seguinte.

4 Resultados

A apresentação dos resultados quanto às variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL parte das informações destacadas na Tabela 01. Pondera-se que essas variáveis são representadas pelas subcategorias na referida tabela. Inicialmente, será feita uma descrição conceitual das variáveis identificadas em todos os estudos analisados, dando destaque àquelas com as quais foi confirmada a relação com o desenvolvimento. Depois, serão feitos apontamentos sobre os estudos inseridos no Grupo 1.

Na categoria instituições, a variável presença de APL refere-se à identificação de ao menos um APL em determinado território (Alderete & Bacic, 2020, Antero & Emmendoerfer, 2021, Antero et al., 2020a, Antero et al., 2020b, Oliveira Do Bu Araújo & Cavalcanti Ramalho, 2023; Eliza, 2014, Olivares & Dalcol, 2014; Ribeiro, 2017). Um APL pode ocorrer em escalas macro, meso e micro, manifestando-se em diferentes configurações conforme os atores envolvidos, a localização geográfica e o papel no sistema produtivo e inovativo local (Oliveira Do Bu Araújo & Cavalcanti Ramalho, 2023). A presença de APL está associada a melhorias no desenvolvimento (Alderete & Bacic, 2020, Antero *et al.*, 2020a, Olivares & Dalcol, 2014, Ribeiro, 2017).

As variáveis componentes da categoria atributos são: capacidade absorptiva, capacidade inovativa, dimensão ambiental, dimensão econômica, dimensão social, geração de emprego, geração de renda e inovação.

A geração de emprego trata-se da capacidade dos APLs de gerar postos de trabalho, influenciando o desenvolvimento econômico e social. Ao considerar a geração de emprego como parte essencial do desenvolvimento, enfatiza-se sua importância para fortalecer as empresas e impulsionar a economia (Olivares & Dalcol, 2014).

Já, a geração de renda pode ser vista como uma forma de avaliar o número de empregos gerados pelo APL, buscando dimensionar políticas e ações para fortalecer as empresas locais e



promover o desenvolvimento. Com base nessa avaliação pode-se oferecer orientações para políticas públicas que promovam o desenvolvimento de forma mais eficaz, visando a melhoria das condições econômicas e sociais (Olivares & Dalcol, 2014).

E por fim, a categoria fomento diz respeito à atuação pública, gastos públicos, gestão fiscal e política pública.

Os gastos públicos tratam-se de recursos financeiros utilizados pela administração pública para promover o desenvolvimento dos municípios. Tais gastos podem ser direcionados para áreas específicas, setores ou atividades com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e social. Além disso, ressalta-se a relevância da gestão fiscal da administração pública, indicando que o comportamento dos gastos públicos pode influenciar positivamente os resultados alcançados no âmbito municipal (Antero & Emmendoerfer, 2021).

Já, a gestão fiscal diz respeito a um conjunto de práticas e decisões relacionadas à administração dos recursos financeiros públicos, visando garantir a eficiência, transparência e responsabilidade na utilização desses recursos. Uma gestão fiscal eficiente da administração pública tende a garantir a adequada alocação e utilização dos recursos públicos, visando promover o desenvolvimento empresarial e territorial (Antero & Emmendoerfer, 2021).

E a política pública refere-se às ações, diretrizes e decisões tomadas pelo governo para abordar questões específicas da sociedade, visando atender às necessidades públicas e promover o desenvolvimento (Antero et al., 2015; ANTERO et al., 2020a; Antero et al., 2020b, Jacometti et al., 2016, Ribeiro, 2017). No contexto dos APLs, as políticas públicas são direcionadas para os apoiar e fortalecer.

Além da descrição conceitual de cada variável, apontou-se, com base nos estudos referenciados, como a variável interfere no desenvolvimento. Para além dessas informações, considera-se importante observar os estudos em que são apresentados resultados que confirmem tal relação. Dentre os estudos destacados, Grupo 01, apenas em Alderete e Bacic (2020), Antero e Emmendoerfer (2021), Antero et al. (2020a), Antero et al. (2020b), Jacometti et al. (2016) e Olivares e Dalcol (2014) foram utilizados procedimentos sistematizados para confirmar a relação das referidas variáveis com o desenvolvimento.

Em Alderete e Bacic (2020), investigou-se se os municípios podem melhorar seu desenvolvimento pelo fato de estarem inseridos em um APL. Com os resultados obtidos, demonstra-se que os APLs potencializam o desenvolvimento local em municípios não metropolitanos do estado de São Paulo.



Já Antero e Emmendoerfer (2021) analisaram- os gastos públicos e a gestão fiscal, para observar sua influência no desenvolvimento municipal. Constatou-se que, nos municípios pertencentes a APLs, além da diferença de média nos gastos públicos (gastos públicos em saúde) e nos indicadores de gestão fiscal (gastos com pessoal, investimento, liquidez e custo da dívida), há maior efeito no desenvolvimento socioeconômico.

Por sua vez, no estudo de Antero et al. (2020a) analisou-se o efeito da política pública no desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais. Percebeu-se que os investimentos realizados proporcionaram um efeito positivo de 9,35% no indicador de desenvolvimento dos municípios participantes de APLs e beneficiados pela Política Pública de Apoio aos APLs do estado de Minas Gerais, considerando o período de 2006 a 2016.

Quanto ao estudo de Antero et al. (2020b), analisou-se a política pública de apoio ao desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais considerando seus impactos no desenvolvimento. Com os achados desta pesquisa pode-se aferir que houve um impacto significativo e positivo da política pública de apoio aos APLs tanto para o PIB (*proxy* para desenvolvimento econômico) quanto para o IFDM (*proxy* para desenvolvimento socioeconômico).

Já na pesquisa de Jacometti et al. (2016) o objetivo foi identificar como as políticas públicas explicam o acentuado desenvolvimento econômico do APL de móveis de Arapongas (PR), no período de 2000 a 2012, com base na perspectiva institucional de análise. Os resultados indicaram que as políticas públicas não tiveram efeito positivo e significativo no desenvolvimento.

E por fim, no trabalho realizado por Olivares e Dalcol (2014) avaliou-se a contribuição dos APLs para o desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro. Os resultados indicam a importância dos APLs para o desenvolvimento, dando destaque à sua contribuição significativa para a geração de emprego, a geração de renda e o crescimento econômico da região.

Dentre os estudos do Grupo 01, somente em Jacometti et al. (2016) não foi confirmada a relação entre a variável analisada e o desenvolvimento. No entendimento dos autores, tal resultado pode ser justificado pelo fato de se tratar de políticas que não envolveram os atores do APL em sua elaboração. Nesse caso, tais políticas são tidas como instituição, ou seja, regras do jogo, que em sua maioria não refletem os interesses dos atores beneficiados, e por esse motivo não são efetivas na promoção do desenvolvimento.

5 Considerações Finais

Neste estudo adotou-se como objetivo identificar as variáveis utilizadas para explicar o desenvolvimento no contexto de um APL. Empreendeu-se uma pesquisa qualitativa descritiva com suporte do método da revisão sistemática integrativa, em função de sua adequação ao referido objetivo. Em adição, utilizou-se a análise de conteúdo com o suporte do *software* IRaMuTeq®.

Partiu-se do entendimento de que os APLs são reconhecidos como indutores de desenvolvimento. Nos trabalhos analisados foram feitas indicações da relação entre APLs e desenvolvimento. Percebeu-se a concentração em três pontos: (i) aglomerações de empresa e as contribuições para o desenvolvimento; (ii) alternativas para lidar com os desafios inerentes aos APLs e potencializar seu desenvolvimento e (iii) avaliação de políticas públicas.

Em tais estudos as variáveis identificadas foram: articulação entre atores, atuação pública, capacidade absorptiva, capacidade inovativa, capital social, confiança, cooperação, coordenação, dimensão ambiental, dimensão econômica, dimensão social, governança, inovação, interação entre os atores, participação, política pública e presença do APL.

Apesar de reconhecer o potencial das referidas variáveis na promoção do desenvolvimento, em alguns estudos não foram identificados procedimentos sistematizados que confirmassem tal relação. Esse contexto evidencia uma característica marcante dos estudos que de alguma forma abarcam a relação entre os APLs e o desenvolvimento. Reforçando a necessidade de intensificar as investigações que atendam a necessidade já destacada e ainda identificar uma agenda de pesquisa em que tais variáveis sejam exploradas.

Assim, utilizando-se do conteúdo desses estudos foram criados dois grupos distintos. No Grupo 01, estão inseridos os estudos nos quais são apresentados procedimentos (técnicas de coleta e análise) que possibilitam analisar de forma sistematizada a relação entre determinada variável e o desenvolvimento. Já no grupo 2, não.

Assim, as variáveis identificadas nos estudos do Grupo 01: gastos públicos, geração de emprego, geração de renda, gestão fiscal, política pública e presença do APL, podem compor uma agenda de pesquisa que envolva investigação em APLs de diferentes setores e territórios. As demais podem servir de base para a elaboração de estudos que busquem sistematizar a relação entre APL e desenvolvimento. Esse comentário se faz pertinente por reconhecer que cada APL tem suas especificidades e podem responder de formas diferenciadas a uma mesma ação para fomentar o desenvolvimento.



Além das variáveis comentadas, nos estudos analisados foram feitos apontamentos quanto à importância da discussão sobre a artificialidade dos APLs e a vocação local. Nesses estudos, enfatiza-se a necessidade de alinhamento dos interesses dos atores do APL, dos formuladores de ações em prol do desenvolvimento e das pessoas que residem no território no qual o APL está inserido.

Um olhar mais atento para as questões culturais, tradicionais e relativas à história do local tem recebido especial atenção em função de seu potencial para facilitar a implementação de ações pensadas e implementadas via observação dos interesses de todos os envolvidos com a questão do desenvolvimento.

Como limitação da pesquisa, aponta-se o quantitativo de estudos similares identificados, o que tornou o processo de emparelhamento dificultado, e a dificuldade de identificar bases de dados secundários sobre APLs que seriam úteis para a realização de estudos sobre a relação APL e desenvolvimento, o que limita as opções em termos de variáveis explicativas possíveis de serem utilizadas.

Esses comentários também são apontamentos para pesquisas futuras, tendo em vista a necessidade de um olhar mais atento para os APLs, para além de sua capacidade de promover o desenvolvimento empresarial e territorial.

Referências

- Alderete, M. V., & Bacic, M. J. (2020). O impacto do APL no desenvolvimento local: uma aproximação baseada na técnica de emparelhamento. *Interações*, 21(1), 173-194.
- Alvarenga, R. A. M., Matos, F. R. N., Machado, D. D. Q., Sobreira, M. D. C., & Matos, L. B. D. S. (2013). Arranjo produtivo local e desenvolvimento sustentável: uma relação sinérgica no município de Marco (CE). *Revista de Administração Mackenzie*, 14 (5), 15-43.
- Antero, C. A. S., & Emmendoerfer, M. L. (2021). Uma análise dos gastos públicos e da gestão fiscal nos municípios mineiros pertencentes a APLs. *Desenvolvimento em Questão*, 19(57), 291-304.
- Antero, C. A. S., Emmendoerfer, M. L., & Dallabrida, V. R. (2020). Análise de efeito da política pública no desenvolvimento dos APLs de Minas Gerais. *Revista Economia & Gestão*, 20(56), 63-79.



- Antero, C. A. S., Rodrigues, C. T., Emmendoerfer, M. L., & Dallabrida, V. R. (2020). Política Pública de apoio ao desenvolvimento de APLs: uma análise do impacto em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos EBAPE. BR*, 18, 61-73.
- Antero, C. A. S., Tavares, B., Antonialli, L. M., & de Caldas Castro, S. O. (2019). A governança do arranjo produtivo local de vestuário de Muriaé-MG a partir de um modelo bidimensional de análise. *Revista de Administração da UFSM*, 12(5), 975-994.
- Antero, C. A. S., Tavares, B., Antonialli, L. M., & Gava, R. (2016). Coordenação das ações conjuntas no APL de vestuário de Muriaé-MG. *Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)*, 17(3), 158-182.
- Antero, C. A. S., Tavares, B., de Loreto, M. D. D. S., & de Caldas Castro, S. O. (2017). A cooperação como elemento aglutinador dos arranjos produtivos locais. *Desenvolvimento em Questão*, 15(41), 335-382.
- Antero, C. A. S., Tavares, B., Gava, R., & de Castro, S. O. C. (2016). Participação no processo decisório do APL de vestuário de Muriaé-MG. *REGE-Revista de Gestão*, 23(3), 246-253.
- Antero, C. A. S., Tavares, B., Silveira, S. F. R., & da Silva, C. C. (2015). Atores Econômicos e Poder Público uma avaliação *ex-ante* das ações do poder público para o setor de tecnologia da informação. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(2), 241-259.
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Coelho Junior, F. D. P. C., & Silva, F. C. (2021). A governança no APL do açaí no município de Igarapé-Miri e sua implicação para o desenvolvimento local. *Desenvolvimento em Questão*, 19(54), 234-249.
- Collis, Jill, & Hussey, Roger. (2005). *Pesquisa em Administração* (2a. ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Consoni, D. (2016). *Competências Empreendedoras: estudo de caso em uma organização de ensino intensiva em conhecimento* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Cooper, D. R. & Shindler, P. S. (2016). *Métodos de pesquisa em administração* (7ª. ed.) Porto Alegre: Bookman.
- Dallabrida, V. R. (2017). *Teoria do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países*. Curitiba: Editora CRV.
- De Sordi, J., & Meireles, M. (2010). Identificação de atores do conhecimento e suas atividades no contexto de arranjos produtivos locais. *Gestão & Regionalidade*, 26(77).
- Eliza, F. (2014). Redes de Cooperação de Micro e Pequenas Empresas: mecanismo de desenvolvimento local no Polo Industrial de Juruia – MG. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 1(1), 54-60.



- Gondin, P. R., & Shima, W. T. (2019). Cooperação e desenvolvimento econômico local: ações proativas nas aglomerações de TIC de Curitiba e Coimbra, Portugal. *Revista Brasileira de Inovação*, 18(2), 271-298.
- Jacometti, M., Castro, M. D., Gonçalves, S. A., & Costa, M. C. (2016). Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, 50(3), 425-454.
- Lastres, H. M. M & Cassiolato, J. E. (2003). *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Recuperado de www.redesist.ie.ufrj.br.
- Linhares, F. J. M., Gonçalo, C. R., & Vargas, S. M. L. (2021). A capacidade absorptiva como geradora de inovação no arranjo produtivo local de móveis no interior do estado do Ceará. *Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 11(1), 87-100.
- Lustosa, M. C. J., & Rosário, F. J. P. (2016). Desenvolvimento local e inovação em atividades tradicionais: o arranjo produtivo local de turismo Lagoas e Mares do Sul, Alagoas, Brasil. *Interações*, 17(1), 99-109.
- Masquietto, C. D., Sacomano Neto, M., & Giuliani, A. C. (2010). Identificação de arranjos produtivos locais: o caso do arranjo produtivo local do álcool de Piracicaba. *Gestão & Regionalidade*, 26(77).
- Olivares, G. L., & Dalcol, P. R. T. (2014). Avaliação da contribuição de aglomerados produtivos para o desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro. *Production*, 24(4), 833-846.
- Oliveira Do Bu Araújo, T. A., & Cavalcanti Ramalho, Ângela M. (2023). Análise escalar do desenvolvimento nas políticas públicas para o Arranjo e Sistema Produtivo e Inovativo Local (Aspil). *Gestão & Regionalidade*, 39 (116), 150-170.
- Oliveira, M. F. D., & Martinelli, D. P. (2014). Desenvolvimento local e arranjos produtivos locais: uma revisão sistemática da literatura. *Interações*, 15 (1), 47-58.
- Ratinaud, P. & Marchand, P. (2012). Application of the ALCESTE Method to "Large" Corpora and Stability of "Lexical Worlds": Analysis of "CableGate" with IRAMUTEQ. *Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, p. 835-844, 2012.
- Ratinaud, P. (2009). *IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires [Software]*. Recuperado de <http://www.iramuteq.org>.
- Ribeiro, J. R. (2017). Os arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento e o plano de melhoria da competitividade no estado de São Paulo: conceitos, desafios e possibilidades. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(190), 100-115.
- Ruffoni, J., Suzigan, W., & Tatsch, A. L. (2022). Dynamics of knowledge flows: geographical proximity, vertical relations and learning by interaction. *Gestão & Regionalidade*, 38(115).



Silva, R. G., & Martinelli, D. P. (2021). Arranjos produtivos locais (APL) e fatores formadores das dimensões do desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, 28, 9-33.

Telles, R., Augusto Minciotti, S., Ferreira, G., Maria de Oliveira Licorio, A., & Yoshihiro Hamji, E. (2024). Área de influência como indicador de competitividade de clusters varejistas. *Gestão & Regionalidade*, 40, e20248418.

ⁱ Doutorado (2020) e Mestrado (2015) em Administração pelo Programa de Pós Graduação em Administração da pela UFV (PPG ADM), Especialização em Controladoria e Finanças pelo Departamento de Administração e Contabilidade da UFV (2013) e Graduação em Administração (2009) pela Faculdade de Viçosa.

